



O dinheiro e a comida na metrópole: as escolhas alimentares entre beneficiárias do Programa Bolsa Família no Rio de Janeiro

MARIA RAQUEL PASSOS LIMA

Doutora em Ciências Humanas - Antropologia Cultural (Universidade Federal do Rio de Janeiro)
Pesquisadora na Universidade Federal do Rio de Janeiro
Rio de Janeiro, Brasil
mariarpl@yahoo.com.br

DENISE OLIVEIRA E SILVA

Doutora em Ciências da Saúde (Universidade de Brasília)
Pesquisadora da Fundação Oswaldo Cruz
Brasília, Brasil
deniluz@fiocruz.br

LILIANE DOS ANJOS PONTES

Especialista em Saúde Pública (Fundação Oswaldo Cruz)
Tutora no Programa de educação a distância da Fundação Oswaldo Cruz
Rio de Janeiro, Brasil
liliane.dosanjos@yahoo.com.br

Resumo

Este artigo aborda as escolhas alimentares como objeto do Programa Bolsa Família, política pública brasileira de transferência condicionada de renda e combate à fome. O objetivo é pensar as relações entre a alimentação e a renda recebida por beneficiárias do PBF residentes no Rio de Janeiro. Argumentamos que a reflexão sobre a escolha alimentar deve considerar a “economia doméstica”, que inclui modalidades de arranjos familiares e estratégias de obtenção de renda por parte dos sujeitos contemplados. Sua análise revela a imersão do dinheiro do PBF no contexto sociocultural das beneficiárias, cujas transformações refletem variações no *status* desta renda. Estas variações mostram-se pontos-chave para a compreensão das dinâmicas das escolhas alimentares, incluindo preferências, preparação e aquisição de alimentos. Concluímos que mesmo em contextos de restrição orçamentária, estas escolhas não se resumem à economia, sendo também orientadas por outros valores como a saúde, os gostos individuais, os pertencimentos sociais e a criatividade.

Palavras-chave: Escolhas alimentares; Bolsa Família; Políticas Públicas de Proteção Social; Economia Doméstica; Segurança Alimentar

Introdução

A CARACTERÍSTICA ONÍVORA como prerrogativa da espécie humana revela que a alimentação representa-se por dimensões individuais (de atendimento a demandas biológicas) e coletivas (sua função social e

simbólica-cultural). O reconhecimento desta complexidade também revela a dificuldade de conceituação e definições que atendam de forma plural à caracterização do ato alimentar. Neste sentido, o conceito de escolha alimentar é um caminho adotado em pesquisas de vários campos do conhecimento como expressão que agrega o sistema pessoal e coletivo de escolha de alimentos às formas de aquisição e preparo da alimentação, abrangendo de forma ampla as estratégias e rotinas para selecionar, preparar e realizar a partilha dos alimentos (Sobal & Bisogni, 2009; Fischler, 2011; Aymard *et alli*, 1994).

A proposta deste artigo, e da pesquisa que o embasa¹, é pensar as escolhas alimentares como objeto de políticas públicas de erradicação da fome e combate à pobreza no país. Nosso foco de análise concentra-se no Programa Bolsa Família (PBF), política de transferência condicionada de renda que constitui uma das principais estratégias da principal política de proteção social do Brasil, e sua influência na economia doméstica em relação às escolhas de alimentos pelas beneficiárias do programa.

O trabalho foi realizado com beneficiárias do PBF residentes no conjunto habitacional de Vila Kennedy, localizado na zona oeste do Rio de Janeiro. A análise se baseia no material proveniente da pesquisa empírica realizada entre agosto de 2013 e agosto de 2014. O pressuposto que orienta nossa reflexão parte da consideração de que para entender as escolhas alimentares é preciso ampliar o olhar para o conjunto mais amplo de aspectos simbólicos, sociais e materiais do universo das participantes do programa.

Nesse contexto, nos interessamos em analisar as histórias de vida das mulheres beneficiárias e as configurações da economia doméstica no universo sociocultural em que elas estão inseridas em dois casos. O casos escolhidos têm em comum serem marcados por configurações que se desestabilizaram ao longo da pesquisa. Nesse sentido, definimos o conceito de desestabilizações como ferramenta analítica que estrutura a argumentação sobre as alterações na economia doméstica das beneficiárias, que incluem os arranjos familiares e suas estratégias de renda. Esse processo de mudança, engendrado pelas desestabilizações, consegue expor com clareza a imersão da renda fornecida pelo PBF no contexto sociocultural das beneficiárias e a sua relação com as escolhas de alimentos das famílias.

Como economia doméstica consideramos as modalidades de arranjos familiares e as relações sociais mais amplas em cujas redes as mulheres estão inseridas (e nas quais o dinheiro passa a circular), assim como as

diversas estratégias de obtenção de renda por parte dos sujeitos beneficiados, muitas vezes consideradas “informais”². Nossa hipótese sustenta que nos universos populares, a família deve ser entendida como uma rede extensiva de cooperação e troca (Fonseca, 2005), e ao concentrarmos em casos de desestabilização destas configurações, buscamos contextualizar as relações entre o arranjo familiar e as variações de *status* do benefício.

As premissas de Zelizer (2011) sobre os sentidos sociais do dinheiro nos permitem argumentar que a compreensão da “economia doméstica” fornece elementos para análise dos aspectos qualitativos envolvidos nos valores assumidos pelo dinheiro do PBF. Ao refletir sobre o dinheiro e a comida, este artigo busca mostrar que a relação entre eles é mediada por um conjunto complexo de fatores, ao qual as próprias vidas das mulheres e suas famílias estão articuladas. Assim, as variações no *status* do benefício mostram-se pontos-chave para compreender as dinâmicas do consumo alimentar, em termos dos sentidos e valores específicos que o dinheiro adquire e das possibilidades materiais que cria enquanto recursos econômicos a serem trocados, calculados e mobilizados. Com este prisma de análise atento ao contexto sociocultural das beneficiárias definimos como objetivos específicos, primeiramente, compreender como o significado do dinheiro do PBF varia de acordo com as configurações assumidas pela economia doméstica, para em seguida, analisar os efeitos dessa variação nas escolhas alimentares.

Diversos estudos apontam o aumento do consumo familiar, especialmente de alimentos, como um dos efeitos mais patentes da implementação do PBF (Soares, Ribas, Osório, 2007: 9; Correa, 2008; Pires, 2013:126-127). No entanto, dada a diversidade de contextos em que o programa é introduzido, desde o semiárido nordestino (Pires, 2009; Morton, 2013) até as regiões metropolitanas da região Sul do país (Eger, 2012), podemos questionar se as formas como este consumo se dá, os elementos nele implicados, assim como seus efeitos para as famílias são os mesmos nesses diferentes universos. Uma vez que estudos sobre o PBF em áreas rurais do nordeste do país, cujo acesso aos recursos monetários é limitado, indicam uma evidente e significativa transformação das condições e dos modos de vida da população mais pobre, passando pela autonomia e empoderamento das mulheres, pelas transformações dos padrões tradicionais de gênero e das relações familiares (Rego, 2011; Pires, 2009, 2013; Morton, 2013), a questão do alcance do efeito transformador do recebimento dessa renda em contextos de grandes regiões metropolitanas

¹ A pesquisa faz parte do projeto Núcleo de Segurança Alimentar e Nutricional do Centro Oeste (NUSAN-CO) financiado pela FINEP através do convênio Nº 04.10.0517.00 com a Diretoria Regional de Brasília da Fundação Oswaldo Cruz como ação do Projeto Cidade Saudável do Programa DF Sem Miséria TC FUNASA/FIOCRUZ- Direb Desenvolvimento Institucional.

² Utilizamos a expressão “estratégias de renda” com sentido próximo à ideia de “oportunidades informais de renda” do antropólogo Keith Hart (1973).

como o Rio de Janeiro, que vem sofrendo um progressivo processo de encarecimento dos padrões de custo de vida, se coloca como uma questão de pesquisa a ser investigada.

Breve histórico da Vila Kennedy: apresentação do contexto da pesquisa

A edificação da Vila Kennedy, na década de 1960, se vincula ao cenário internacional da Guerra Fria, cuja polarização ideológica se refletiu na disputa eleitoral para o governo do recém criado “Estado da Guanabara”, época em que o Rio de Janeiro deixava de sediar a capital federal³. Carlos Lacerda, candidato a governador do estado de tendência anticomunista, venceu as eleições com a promessa de “ordenar o espaço público”. Sua gestão, que realizaria grandes obras de infraestrutura na cidade, com financiamento da *Aliança para o Progresso*, foi marcada por um programa de remoções das favelas cariocas, especialmente aquelas concentradas nas regiões valorizadas da cidade como o centro e a zona sul. Os recursos norte-americanos foram investidos na construção de bairros proletários e conjuntos habitacionais em áreas afastadas, que abrigariam a população removida. Fundada em 1964, com cinco mil casas populares, a Vila Kennedy seria o primeiro conjunto habitacional construído nesse contexto.

Atualmente, como sub-bairro de Bangu, a Vila é caracterizada pela grande expansão urbana ocorrida nas últimas cinco décadas. Sua população apresenta um perfil socioeconômico diversificado, com a substituição dos moradores originais ao longo do tempo. O status indefinido de sua configuração territorial torna difícil a produção de dados oficiais, que trazem grandes variações nas taxas populacionais, dependentes da consideração do bairro de Bangu como um todo ou apenas da Vila como um sub-bairro⁴. Dividida pela principal via de acesso da cidade, a Avenida Brasil opera ainda como fronteira simbólica entre os moradores, demarcando “o lado de lá e o lado de cá”. O surgimento de novos conjuntos habitacionais dentro da própria Vila Kennedy, também contribui para a ambiguidade e fluidez das fronteiras simbólicas do território.

Devido à expansão de sua malha urbana, o fornecimento de serviços públicos se distribui de forma desigual na localidade e continua insuficiente em alguns aspectos como saneamento básico, transporte público e

atendimento de saúde, com apenas um posto de saúde e uma unidade de pronto atendimento (UPA) na região. No âmbito da segurança pública, ganha destaque a implantação, durante o desenvolvimento da pesquisa em 2014, da Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) como estratégia de combate aos conflitos e disputas territoriais entre facções rivais pela comercialização ilegal de entorpecentes. Alvo de inúmeras críticas e controvérsias, ainda é cedo para avaliar os efeitos da presença da UPP na região, porém uma mudança observada durante a realização da pesquisa foi a diminuição da venda explícita de entorpecentes e da presença de homens armados e barricadas nas ruas. Ainda com algumas características do seu passado rural, a Vila Kennedy, que apresenta pequenas áreas de agricultura de subsistência, no entanto, se mostra uma região metropolitana predominantemente urbanizada, com vultoso comércio varejista, em especial no ramo da alimentação.

O espaço gastronômico da Vila, como é reconhecido por alguns moradores, possui uma diversidade de tipos de estabelecimentos e de alimentos comercializados, que podemos categorizar como “comida de rua ou comida de praça”, composta por *trailers*, carrinhos e tabuleiros que oferecem desde hambúrgueres, pipoca, crepes, churrasquinhos, doces e açaí, até espaços especializados em sopas e caldos, e frutos do mar. Em 2003, o Quiosque Rei do Peixe da Vila Kennedy entrou para o segundo volume do Guia Carioca de Gastronomia de Rua⁵. Há ainda restaurantes e lanchonetes dos quais se destacam um restaurante especializado em massas e saladas, com hortaliças de agricultura orgânica cultivadas na região serrana do Rio de Janeiro e uma lanchonete ao estilo das famosas redes de *fast food*, que comercializa sanduíches e hambúrgueres. Além dos estabelecimentos de comida pronta, encontram-se também feiras, mercados, armazéns, açougues, hortifrútis e “sacolões”, bares e padarias, fornecendo à região uma intensa circulação, que envolve sociabilidades e interações locais dos moradores em torno da alimentação.

Desenho da pesquisa: recorte, abordagem e metodologia

A pesquisa de caráter qualitativo é inspirada pela perspectiva etnográfica. A primeira fase da pesquisa consistiu na inserção das pesquisadoras no contexto de Vila Kennedy para a aproximação do público-alvo e dos potenciais interlocutores da pesquisa, as beneficiárias do

3 As informações da contextualização e história de Vila Kennedy são baseadas na dissertação de mestrado de Gizele Almeida (2008). E do Portal digital da Vila Kennedy disponível em: <http://www.vilakennedy.com>.

4 As associações de moradores da região estimam a população em torno de 120 mil moradores. De acordo com a diretora do Centro de Referência em Assistência Social (CRAS) Olímpia Esteves, a estimativa do número de famílias atendidas pelo PBF na Vila Kennedy é de duas mil.

5 <http://www.gastronomiaderua.com.br/>

Programa Bolsa Família (PBF). A porta de entrada das pesquisadoras se deu através de um dos equipamentos públicos de saúde da localidade, escolhido por ser um dos espaços de cumprimento das condicionalidades exigidas pelo Programa, em especial no que se refere a atenção à saúde da família e à segurança alimentar e nutricional. As pesquisadoras acompanharam as consultas oferecidas pela profissional de saúde ao segmento das beneficiárias do PBF, que ocorriam semanalmente. Durante esse período, iniciado no final de agosto de 2013, e com duração de aproximadamente dois meses, estabelecemos o primeiro contato com as mulheres, selecionando as interessadas em participar da pesquisa para contato posterior. Nesse período entramos em contato com um total de 58 (cinquenta e oito) beneficiárias.

A segunda fase da pesquisa foi iniciada em março de 2014 e se configurou a partir da realização de entrevistas em profundidade. As pesquisadoras realizaram as entrevistas com um grupo mais restrito, que demonstrou maior abertura e interesse em participar do projeto. Nessa etapa, o espaço geográfico de realização da pesquisa se deslocou do centro de saúde para as residências das beneficiárias ou, no caso de impossibilidade de realização das entrevistas nas próprias residências, foram utilizados espaços públicos como o centro comunitário da localidade.

Como instrumentos de pesquisa, utilizamos roteiros de entrevistas e a elaboração de diários de campo com relatos etnográficos. Por meio destas técnicas de inspiração etnográfica, foram abordadas inicialmente as histórias de vidas e informações das beneficiárias de forma mais geral. Os dados obtidos nas primeiras entrevistas foram aprofundados em entrevistas posteriores nas quais foram desenvolvidos temas específicos como as escolhas alimentares, as preferências culinárias e as práticas de consumo.

Concomitantemente às atividades de realização de entrevistas, uma terceira etapa, caracterizada pela observação participante, foi realizada com o propósito de acompanhar uma das beneficiárias nas atividades de compras em estabelecimentos comerciais da localidade. Esta inserção etnográfica visou ao aprofundamento do processo de escolha alimentar não apenas para a comparação dos dados obtidos ao longo das entrevistas, mas para conhecer e ter acesso a informações relativas às escolhas alimentares que dificilmente seriam alcançáveis apenas por meio do registro discursivo, e que no entanto são proporcionadas pela observação prática⁶.

O artigo tem como base teórica a perspectiva interpretativista (Geertz, 2001; 1989) e tem como referências as discussões do campo da antropologia da economia e do consumo. Os dados qualitativos provenientes

do conjunto de metodologias complementares acima serão postos em diálogo com pesquisas etnográficas recentes sobre o PBF em outros lugares do país. Estes estudos oferecem, somados aos dados primários apresentados ao longo do texto, uma base empírica consistente para explorarmos os pressupostos levantados pela pesquisa. A partir da análise das histórias de vida e das categorias de pensamento reveladas pelos discursos das nossas interlocutoras, esperamos contribuir para indicar perspectivas e questões que auxiliem no aprofundamento do debate sobre as políticas de transferência de renda e sua influência nas escolhas alimentares no Brasil contemporâneo, sobretudo nos contextos das grandes cidades, como no caso do Rio de Janeiro.

Configurações da economia doméstica: dois casos ilustrativos

O material a seguir é composto pelos dados empíricos obtidos por meio das técnicas e metodologias acima elencadas, realizadas pelas pesquisadoras. A apresentação em forma de casos se revelou uma estratégia narrativa e analítica adequada para compreensão de aspectos qualitativos do universo considerado. Os casos das duas beneficiárias escolhidas, cujos nomes constituem pseudônimos, apresentam de forma aproximada a realidade do conjunto das beneficiárias entrevistadas.

Marcele, vestida com roupa de ginástica, sem apresentar indícios de sobrepeso e com ar bem jovial, com trinta e quatro anos, extrovertida, falante e crítica, cursava o sexto período da faculdade na área do serviço social. Nossa vinculação como pesquisadoras despertou nela um interesse institucional, evidenciado nos primeiros momentos da entrevista, quando, invertendo os papéis, começou a nos fazer perguntas, especialmente sobre como fazer para conseguir ingressar em algum curso ou pesquisa na instituição da qual fazíamos parte. Marcelle vivia com seu companheiro há doze anos e o fato de sua união não ser oficializada parecia ter pouca importância para ela, “um papel assinado não muda o carinho, o amor, o respeito que existe em uma relação”. Dois filhos, atualmente entre sete e dez anos, foram gerados desse relacionamento. O marido, que trabalhava como segurança, com “carteira assinada”, ajudava com as crianças quando estava em casa, mas era ela quem lidava com a quase totalidade das tarefas domésticas e o cuidado com os filhos.

Marcele havia começado a trabalhar com quinze anos, cursou o ensino médio, fez alguns cursos técnicos e trabalhou como auxiliar escolar. Porém em função da

⁶ Os dados desta etapa, no entanto, não são analisados neste artigo. Desta forma, caracterizamos a metodologia aqui utilizada como aplicação de técnicas de inspiração etnográfica, (entrevistas em profundidade, usos de diário de campo), ao invés do uso do método etnográfico, definido pela observação participante.

ocorrência de problemas de saúde com os filhos e tendo que se dedicar integralmente a eles, parou de trabalhar. Foi a partir de um *acordo* feito com o marido que ela voltou aos estudos, pois se definia como “muito dinâmica”, e não queria mais “ficar só cuidando de casa”. Assim começou a faculdade na modalidade de “ensino à distância”, porque “todo dia na sala de aula, não tem quem fique com os meninos”. Nessa época, ela também fazia estágio curricular em uma ONG em um bairro da vizinhança.

Oito meses após essa entrevista inicial, a situação de Marcele havia mudado consideravelmente. Seu casamento havia terminado e sua avó, sofrendo com problemas de saúde e com idade avançada, ficou bastante debilitada. Nesse encontro, soubemos de sua dificuldade para continuar com a faculdade, pois era obrigada a faltar com frequência, o que a colocou em uma situação limítrofe “meio lá meio cá”. Em um primeiro momento, o ímpeto de voltar aos estudos, o relacionamento duradouro baseado em certa cumplicidade e apoio mútuo, que caracterizavam o seu caso pareciam apresentar um quadro de estabilidade. Esta configuração se desestabilizou e a vida de Marcele sofreu uma reviravolta, que afetou substancialmente vários aspectos do seu cotidiano e fez com que ela tivesse que reorganizar toda a sua rotina diária.

O período em que conhecemos Priscila coincidiu com um momento conturbado da sua história de vida. Sua mãe havia falecido poucos dias antes e tanto ela quanto seus dois filhos estavam ainda sofrendo esta perda. Ainda com aparência abatida pelos acontecimentos, a morte recente concluía um processo que havia começado sete anos antes, quando a mãe adoeceu com Doença de Parkinson. Na época em que sua mãe apresentava os sinais iniciais da doença, Priscila trabalhava como operadora de caixa, mas acabou deixando o trabalho para se dedicar à mãe que ficaria progressivamente debilitada. Quando a conhecemos, esses cuidados maternos haviam deixado de fazer parte da sua rotina, que passou a ser ocupada apenas com as tarefas da casa e das crianças, “eu que faço tudo, limpo, lavo, cozinho”. Ela acordava cedo e ia com os filhos em um centro esportivo da localidade, onde também aproveitava para fazer ginástica. Preparava o almoço para levar os filhos à escola e retornava para organizar os afazeres domésticos.

Com trinta e sete anos, Priscila não vivia com o pai dos seus filhos, que tinham idade entre oito e dez anos, mas dizia poder contar com a ajuda do ex-companheiro, o que classificava como “uma benção”. Desempregado inicialmente, ele estava trabalhando havia dois meses, quando a conhecemos. Apesar de não pagar pensão, Priscila não via necessidade de acionar a justiça pois ele não deixava faltar nada para as crianças, fornecendo o que fosse necessário para os filhos, como

remédios, itens de cuidados pessoais e comida, “tudo que eu botar na lista, ele compra”.

Com a pele clara e cabelos lisos abaixo dos ombros, Priscila apresentava sinais de obesidade. Moradora da Vila havia dezenove anos, ela nos recebeu em sua casa com hospitalidade. Expressava-se bem e pudemos conversar sobre assuntos que envolviam a política na comunidade, a recente implantação da UPP e as preocupações com o futuro dos filhos diante da ameaça da violência. A situação de Priscila neste período era incerta e, em vista do recém falecimento da mãe, ela relatou que ainda não sabia como organizaria sua vida a partir de então.

Os casos de Marcele e Priscila apresentam configurações que foram desestabilizadas, acarretando mudanças no cotidiano das mulheres. As transformações acarretadas por este processo são elucidativas para refletir sobre o benefício do PBF e levantar algumas questões. O PBF é uma política pública centrada em transferências condicionadas de renda, o que significa que seu recebimento é vinculado ao cumprimento de compromissos, chamados de “condicionalidades”, relativas às áreas da saúde e educação⁷. Exige-se que as famílias mantenham as crianças e os adolescentes na escola com uma frequência mínima de 85% as aulas; mantenham-se cadastradas no serviço de saúde para acompanhamento de crianças de 0 a 6 anos de idade, gestantes e nutrízes; e prevê a participação em atividade educativas sobre saúde e nutrição (Pires, 2009).

O Programa é destinado a pessoas consideradas pobres, ou extremamente pobres. No Brasil, o critério de definição de pobreza e de extrema pobreza é a renda, sendo classificadas como pobres as famílias que têm renda per capita mensal de até 154,00 reais e como extremamente pobres aquelas que têm uma renda per capita mensal de até 77,00 reais (Ávila, 2013:110). O benefício, que é variável, constitui-se no repasse de quantias de dinheiro mensais às pessoas cadastradas que preenchem os requisitos exigidos para tal. A concessão do benefício não é automática, deve ser revista a cada dois anos e nem todos os que se cadastram são selecionados. Ela é de atribuição exclusiva do Ministério do Desenvolvimento Social - MDS, sendo operacionalizada pela Caixa Econômica Federal e tem como base os critérios da estimativa de pobreza do município e as informações contidas no CadÚnico. Os beneficiários do programa ao receberem e fazerem uso deste dinheiro, tornam-se sujeitos engajados em uma série de atividades econômicas que merecem atenção e análise. Observar e entender tais práticas se apresenta como uma porta de entrada para a interpretação das formas como as políticas sociais de transferência de renda são praticadas e vivenciadas pelos sujeitos que delas participam. Aqui colocaremos como foco da discussão o benefício

7 Ver: <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>

recebido pelas nossas interlocutoras, que será analisado não somente da perspectiva monetária, mas sobretudo a partir dos sentidos sociais que assumem em contextos específicos (Zelizer, 2011).

Da perspectiva teórica da qual partimos, a economia constitui um “fato social total” (Mauss, 2003) que não se separa dos diversos âmbitos que compõem a vida social. Desse modo, a economia e práticas econômicas não se resumem à manipulação do dinheiro em si, mas se relacionam a todas as atividades cotidianas engendradas por estes recursos financeiros, que compreendem e articulam os domínios da casa, da família, do trabalho, da política, da religião, dos afetos, do consumo, e muitos outros. Nos aproximamos assim de referências basilares da antropologia da economia, que desde Weber (1996) e Mauss (2003), apontam a influência constitutiva dos valores sociais, religiosos, da imersão de moralidades e relações sociais nas atividades e operações de trocas econômicas.

De acordo com a perspectiva antropológica, ao invés de ser definida de antemão, a economia deve tornar-se objeto da investigação etnográfica (Neiburg, 2010). A partir disso, o entendimento dos critérios, dos cálculos, das motivações que compreendem as práticas econômicas dos sujeitos da pesquisa ganha enorme relevância analítica, assim como a compreensão das moralidades e “racionalidades” (Dufy, Weber, 2009) envolvidas nestas transações, e as lógicas que orientam as escolhas, preferências e práticas de consumo.

Desestabilizações nos arranjos familiares e as variações de *status* do benefício

Marcele recebia o BF há quatro anos. Inicialmente no valor de R\$ 20,00, o benefício havia sido reajustado posteriormente para R\$ 44,00. Como se mostrou recorrente dentre as mulheres pesquisadas, ela também recebia outro benefício concedido pelo governo municipal, chamado Cartão Família Carioca, no valor de R\$ 115,00, havia 2 anos. O Cartão Família Carioca é um programa de transferência de renda da prefeitura do Rio de Janeiro, concedido de forma *complementar* a famílias que já recebem o PBF, desde que tenham uma renda menor do que R\$ 108 por pessoa. A maior parte das pesquisadas recebia ambos e os considerava uma renda única. Nesta análise, optamos também por considerar o dinheiro do PBF e do CFC indistintamente, de modo a nos aproximarmos compreensivamente da concepção das mulheres, dos usos que fazem dessa renda e seus efeitos para as escolhas alimentares⁸.

Em um primeiro momento, Marcelle definiu o BF como um “complemento”. Essa definição condizia com seu perfil de quem teve o ímpeto de voltar a estudar e conseguir fazer uma faculdade mesmo tendo tido dois filhos, “não posso ficar parada, não quero ficar parada, porque a idade passa né?”. Ao longo da primeira entrevista, sua percepção sobre o dinheiro recebido foi ganhando outros contornos. Em tom crítico ela contou sobre a dificuldade de se conseguir algo que é de direito, “é um direito, mas que os governantes fazem por obrigação”, e que não concordava mais com a visão de que o benefício era “caridade”, mudança de perspectiva que teria sido acarretada pela sua experiência estudando serviço social.

Acompanhando o caso de Marcelle, pudemos observar que a reviravolta em sua vida acarretou uma mudança na forma de perceber o benefício. Se inicialmente este era apenas um “complemento”, da última vez que a encontramos, o dinheiro havia adquirido um status mais relevante, se transformando em “um dinheiro que para eles [os filhos] faz toda a diferença”. O caso de Priscila, da mesma forma que o de Marcelle, revela uma variação no status do benefício, que neste contexto assume sentidos semelhantes. Priscila recebia R\$ 134,00 de BF havia seis anos, somados a R\$ 20,00 do Cartão Família Carioca, este último estabelecido apenas a partir dos dois últimos anos. Inicialmente, Priscila relatou que apesar de o benefício ajudar, era apenas destinado a proporcionar pequenos caprichos para os filhos, algumas “besteirinhas” de que gostavam. Em um período posterior, o benefício ganhava centralidade, tornando-se “essencial”, “o Bolsa tem sido uma ajuda grande, agora então tem sido... essencial”.

Nos casos acima, é preciso destacar que os valores monetários recebidos como benefício do BF pelas duas mulheres permaneceram os mesmos porém, os sentidos adquiridos pelo dinheiro se alteraram radicalmente. Concordamos com Zelizer (2011) quando argumenta que ao invés de ser um elemento puramente racionalizador e desagregador dos vínculos sociais, o dinheiro produz laços e é ambíguo, sendo profundamente moldado pela cultura e pela estrutura social. Dessa forma, dinheiros diferentes são usados diferentemente e são fatores culturais e sociais estruturais que influenciam seus usos, sentidos e quantidades. Na presente discussão argumentamos que, para compreender esta variação no status do benefício, o universo mais amplo no qual os sujeitos estão inseridos deve ser considerado. Destacamos para análise o que chamamos de economia doméstica, que inclui os tipos de arranjo familiar e as modalidades ocupacionais que constituem as estratégias de renda das famílias, para a seguir relaciona-la às despesas de cada configuração familiar considerada.

⁸ Sobre o Cartão Família Carioca ver: http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/124978/DLFE-236796.pdf/cartao_familia_carioca2..pdf

A ideia de “arranjo familiar” é utilizada em contraposição às concepções normativas relacionadas ao conceito de “família”, “família nuclear” ou “unidade doméstica”, entendida não como “uma soma de indivíduos, mas como um universo de relações” (Sarti, 2004: 18), que se constitui a partir de uma ordem simbólica, de elos significantes que criam as relações entre seus membros e são construídos discursivamente ao longo do tempo a partir de experiências vividas. É preciso destacar ainda que estudos relativos aos universos populares identificam a centralidade da família (Sarti, 2004: 13), seja como conceito ancorado nas atividades domésticas do dia-a-dia e nas redes de ajuda mútua (Duarte, 1994) ou como uma rede extensa horizontalmente “numa partilha constante, nem sempre pacífica, de recursos” (Fonseca, 2005:52).

Vamos então analisar o arranjo familiar relativo à economia doméstica no caso de Marcele. Ela e seu companheiro moravam em uma casa que era da mãe dela. A mãe vivia com a avó em um bairro próximo, esta tinha quase 90 anos e morava de aluguel. A mãe ajudava Marcele com os meninos e ia à sua casa ao menos três vezes por semana. A possibilidade de cursar uma faculdade privada se dava em função de ter obtido uma bolsa que cobria 60% do valor, sendo os 40% restantes da mensalidade pagos pela sua avó, por quem demonstrava bastante carinho. Ela parecia desempenhar um papel muito importante em sua vida, tanto afetivo, como educativo e financeiro. “Ela [a avó] é quem me cuida”. Além do marido, que havia conseguido um emprego de carteira assinada, a avó era a única pessoa que tinha uma renda fixa, pois recebia a aposentadoria e a pensão do avô falecido, que era militar.

Nesta configuração, o arranjo familiar, cuja extensão deve ser compreendida até a avó materna, permitia a Marcele fazer sua faculdade sem contar com a despesa da mensalidade. Esse arranjo expressa a crescente participação da população idosa na renda das famílias, já apontada por outros estudos (Muller, 2013), sobretudo das mulheres idosas, que assumem o papel de provedoras de crédito e constituem meios de acesso aos serviços financeiros para os outros membros da família em função das aposentadorias recebidas, renda fixa, normalmente advinda de pensões de companheiros já falecidos⁹. Igualmente, por morar na casa que era da mãe, Marcele não arcava com as despesas de aluguel e ainda podia contar com a ajuda da mãe regularmente para tomar conta dos netos, o que permitia a ela frequentar as aulas e realizar o estágio curricular. A renda fixa do salário do marido servia então para cobrir a maioria das despesas da casa.

É dentro desta configuração que o benefício aparecia para Marcele como um “complemento”, uma ajuda bem-vinda que, no entanto, não era estrutural. Nessa época a maior parte do benefício era dedicado a gastos com as crianças, especialmente com medicamentos, pois os filhos apresentavam problemas de saúde, e com a educação destes. Ela relatou ter aplicado o dinheiro com cursos de informática e inglês, que custavam R\$ 50,00 em uma ONG da localidade e também com explicadoras para o reforço escolar. Pires, A. (2013) e Ahlert (2013) encontraram aplicações semelhantes do benefício com as crianças, em especial com cursos, material escolar e outros. Os gastos de Marcele com o benefício também iam para roupas que as crianças estivessem precisando, material de higiene e supermercado, com variações dependendo do mês. Em consonância com os dados etnográficos de outros estudos sobre o PBF¹⁰, Marcele colocava bastante ênfase no gasto do benefício apenas com as crianças, apontando como exceção o pagamento de alguma conta da casa. Pires (2013) aponta a condicionalidade escolar, que depende do desempenho das crianças, como o fator que leva as mães à percepção da manutenção do dinheiro recebido como resultado e mérito dos filhos, fazendo com que a renda do PBF se torne também instrumento de poder e barganha das crianças dentro da família.

Com a desestabilização desta configuração, o benefício para Marcele passa de complementar a fundamental, quando ela se separa do marido, que cobria a maior parte das despesas com seu salário, e sua avó, que garantia a realização da faculdade pagando parte da mensalidade, fica doente, requerendo cuidados e maiores despesas com a sua própria saúde e ainda demandando a atenção da sua mãe, que passa a ter que se dedicar à própria mãe quando antes estava disponível para ajudar a cuidar dos netos.

O laço familiar é expressão de uma relação marcada pela identificação estreita e duradoura entre determinadas pessoas que reconhecem entre elas certos direitos e obrigações mútuos (Fonseca, 2005:54). Os direitos e obrigações podem ter suas posições invertidas entre os membros familiares e os descendentes podem passar a retribuir as doações recebidas ao longo da vida através dos cuidados com a matriarca. Diante desse quadro, Marcele se vê obrigada a aumentar seus rendimentos, mas não encontra um emprego formal. Suas estratégias de obtenção de renda se concentram em torno de cuidar de uma idosa, e participar como fiscal de prova de concursos quando estes acontecem. “Tudo que aparece assim, eu tento conciliar com os meninos, eu peço para ela [a mãe] olhar eles quando pode. Final de semana,

⁹ Segundo dados do IBGE de 2008, a contribuição dos idosos em 53% dos domicílios representa mais da metade do total da renda domiciliar (Muller, 2013:4).

¹⁰ A preeminência dos gastos do benefício com as crianças ou a concepção de que os filhos devem ser os beneficiados com a implementação do PBF foi identificada por Pires (2009; 2013), Ahlert (2013), Muller (2013), Ávila (2013) e Eger (2012).

por exemplo, quando preciso, eles ficam lá com a avó. Tenho que fazer renda, por que fica apertado”. Apesar de o pai dos filhos continuar ajudando, as despesas com que ela passa a ter que arcar são muito maiores.

Priscila morava com seus dois filhos na casa que era da sua mãe, natural do Espírito Santo. Esta a ajudava a cuidar dos netos, o que a permitia trabalhar “tranquila” enquanto sua mãe ficava com as crianças. Quando a mãe adoece e passa a requerer cuidados, ela e sua irmã entram em um *acordo* familiar, que reforça as obrigações mútuas entre as gerações. A irmã propõe a Priscila que saia do emprego e fique cuidando da mãe enquanto sua irmã trabalharia para pagar as despesas e para construir em cima da casa da mãe uma casa para ela própria.

Este cenário demonstra outro aspecto relativo à lógica da rede extensa de família, direcionada à divisão territorial e às negociações em torno da propriedade imobiliária das camadas populares, conhecidas como “direito de Laje”¹¹ ou como “puxadinho”, descrito por Fonseca (2005: 53) como a lógica do “pátio” segundo a qual “em um terreno, por menor que seja, sempre tem lugar para construir mais uma “puxada”, isto é, uma peça ou uma meia-água, para receber um amigo ou parente”. Dessa forma, é comum jovens casais ou filhas que se separam dos maridos construírem uma peça no quintal dos pais ou sogros, alterando a composição do “pátio”. Essa disposição propicia uma troca intensiva entre seus membros para realização de tarefas domésticas, ou o cuidado de crianças. No caso de Priscila, quando sua mãe ficou doente, ela tinha seus filhos pequenos e aceitou o acordo proposto pela sua irmã, que também tinha dois filhos. A mãe, além de fornecer a casa e a ajuda com os netos, ainda cobria grande parte das despesas. “Ela me ajudava bastante, ela pagava as contas, pagava meus cartões, tipo assim, porque eu ficava com ela, ela me dava uma estrutura boa”.

Nessa época, o pai das crianças estava desempregado e ela estava “bancando sozinha” porque podia contar com a ajuda da mãe. Nesta configuração, o arranjo familiar de Priscila era constituído basicamente pela mãe e posteriormente, estendido à irmã, que assumiu as despesas da casa para que ela cuidasse da mãe e das crianças da família. Durante o período de realização da pesquisa, ela tentou algumas estratégias de renda que pudesse conciliar com os cuidados à mãe, como serviço de manicure, mas desistiu em função de dores no corpo. “Eu fazia unha pra fora, mas como eu sentia muitas dores nas costas, era muita dor mesmo, tive que parar”. Priscila arranhou então como alternativa a produção de bolos sob encomenda. Mas as estratégias de obtenção de renda são limitadas em função da ausência de alguém para ficar com seus filhos, o que a levou a trabalhar no ramo das vendas de comida. Assim como no caso de

Marcele, ela teve que parar de trabalhar em função de algum problema familiar. “Não tenho com quem deixar eles, trabalho com coisa de venda, faço bolo pra fora, quando alguém pede. Vendo também sacolé, vendo açaí, o que pintar eu tô fazendo, entendeu?”.

O caso de Priscila, antes do falecimento da mãe, fazia com que o benefício do PBF fosse complementar, pois ela podia contar com a ajuda materna, “o bolsa família era mais para os meninos, comprar as besteirinhas que eles gostavam”. Quando esta configuração se desestabiliza, Priscila sente que sua situação financeira fica mais difícil, “a gente tem que segurar mais, economizar mais... quando minha mãe era viva, não”. A mãe era responsável pelo pagamento das contas de luz, telefone e internet, “com a ajuda da minha mãe eu tinha tudo isso, agora sem ajuda dela, até eu me estabelecer... eu vou ter que cortar esses benefícios”. Os serviços de telefone e internet passam a ser gastos com os quais ela não pode arcar. Nesse contexto, também há uma mudança no status do benefício, que passa de uma “ajuda” para os meninos, para algo “essencial”, que constituía a base da sua renda. Em ambos os casos, fica nítida a centralidade do arranjo familiar, inclusive para os sentidos assumidos pelo dinheiro do benefício e para o campo de possibilidades relativas ao seu uso.

Assim como demonstrado em outros contextos, “a família figura como a unidade básica a partir da qual se pensa o uso do benefício” (Ahlert, 2013: 76). No entanto, como procuramos mostrar, a categoria família deve ser investigada empiricamente, pois os modos de vivenciá-la na prática não correspondem a modelos prévios ou padrões normativos. Pensada enquanto uma rede extensiva, que pode conformar diferentes arranjos, a “família” pode se estender a outras casas, outros bairros e até mesmo outras cidades e países. E como lembra Fonseca (2005: 54) “não há receita para definir os membros relevantes de uma rede familiar. Essa pode ou não incluir consanguíneos, parentes por casamento, padrinhos e compadres, e simplesmente amigos”. Imer-so nessas redes, o dinheiro é portanto parte do contexto sociocultural das beneficiárias e seus valores correspondentes devem ser compreendidos a partir do universo no qual circula e o torna significativo.

O dinheiro e a comida na metrópole: o PBF e as escolhas alimentares

Pesquisas etnográficas recentes sobre o PBF têm revelado a composição heterogênea do conjunto de pessoas atendidas pelo programa do governo federal,

¹¹ Sobre o direito de Laje, categoria envolvida na comercialização de espaço para moradia, que está acima da superfície, como meio indispensável à sobrevivência da população, de seus familiares e da participação na comunidade local, ver Correa (2008).

heterogeneidade que se mostra até dentro de um mesmo contexto social. Isso quer dizer que ao contrário de pensar os beneficiados do Bolsa Família como um grupo geral e homogêneo, estudos apontaram que “os domicílios beneficiados com BF não são igualmente pobres” (Morton, 2013: 45). Nesse sentido, a diversidade econômica da situação dos atendidos pelo programa deve ser observada, pois acarreta efeitos igualmente distintos nos usos dados ao dinheiro, nos modos de percebê-lo, de mobilizá-lo como recurso econômico na troca de mercadorias, e também nas consequências desse recurso para a configuração das próprias relações familiares e subjetivas dos sujeitos em questão.

As beneficiárias quebradeiras de coco de babaçu da região de Codó no Maranhão estudadas por Ahlert (2013:82) identificam essa diversidade a partir de categorias como 1) aquelas pessoas que recebem e não precisam; 2) aquelas que precisariam muito, mas não ficam sabendo como fazer parte do PBF; 3) aquelas que se cadastram e ficam à espera do benefício, sem consegui-lo; 4) e aquelas, na qual se reconhecem, que lutam para a conquista do benefício e por isso obtêm êxito. O antropólogo Gregory Morton (2013), em sua investigação etnográfica em comunidades rurais no sertão da Bahia, analisou a diversidade de renda que existia entre famílias que considerou mais “prósperas” e famílias mais “pobres”, distinção que dependeria da diversificação das fontes de renda. Sua observação levou à conclusão de que os domicílios relativamente mais prósperos possuíam duas ou mais fontes de renda, o que permitiria dividir o orçamento doméstico, ficando uma quantia mensal com a mulher. Nos domicílios mais pobres, ocorreria a priorização de toda a família, fazendo com que o benefício do BF fosse quase inteiramente gasto com bens de circulação rápida, dos quais o mais emblemático é a comida, bem de partilha obrigatória e coletiva.

Neste artigo, procuramos dialogar com as perspectivas fornecidas pela bibliografia através de um recorte distinto, que permite qualificar a distinção apontada por Morton (2013) entre domicílios “mais prósperos” e “mais pobres”, apontando a possibilidade da existência destas duas configurações nos mesmos domicílios.

O enquadramento analítico centrado nos arranjos familiares e nas estratégias de renda permitiu colocar em foco os sujeitos participantes do programa e as redes de relações e de cooperação que compõem o universo do qual fazem parte, evidenciando sua imersão em *configurações* que não são fixas. Dessa forma, nos afastamos do risco de objetificar as situações das famílias e dos domicílios, chamando a atenção para o caráter dinâmico e

reversível das formas assumidas por tais configurações, que estão sujeitas a processos que chamamos de desestabilização. Os casos de Marcele e Priscila apresentaram inicialmente determinadas configurações em suas economias domésticas que foram desestabilizadas, afetando os sentidos da renda recebida pelo PBF e as estratégias de consumo por ela viabilizadas. A partir desse prisma, colocaremos a comida no foco da análise, discutindo as relações entre o PBF e as escolhas alimentares, das mulheres e suas famílias¹².

As escolhas alimentares: diversificação e criatividade

Marcele nunca comprava contrafilé e alcatra. Seu consumo de carne bovina girava em torno dos seguintes cortes, “pá, peito, acém, músculo”. Comprar algo diverso destes itens era raro e dependia do preço. Mas preocupações diferentes surgiam na medida em que conhecíamos o tipo de culinária elaborada a partir desses ingredientes. As carnes compradas poderiam se transformar em “ensopadinho”, “estrogonofe”, “angú”, “acompanhamento” para o arroz, o feijão e a batata, ou ainda “molho” para o macarrão. Marcele elencou ovos e salsicha como itens que nunca deixava faltar em casa, por considera-los “mais em conta” e também “prático e rápido”, sendo de certo modo substituíveis entre si “acabou o frango, mas tem ovo, acabou ovo, mas tem uma salsicha”. Para ela, fígado de boi ou de galinha também não faltava porque proporcionava misturas, “fazer ele só na batata ou ensopadinho, quer dizer dá para ser criativa, eu diversifico a comida, não gosto de ficar repetindo, tipo macarrão três vezes na semana”. Apesar de valorizar a criatividade e a diversificação dos alimentos, quanto às suas próprias preferências, dizia não ter preferência e gostar do que os filhos gostavam, pois não achava “certo comprar algo e separar só para ela não, sempre divido com eles”. Essa percepção aponta novamente para os contornos morais envolvendo a comida, que fazem dela um bem de consumo coletivo, sobretudo em contextos de “segurar mais”, marcados por uma configuração mais escassa de recursos.

Aprofundando a análise, mostraremos que as beneficiárias, mesmo em uma situação de dificuldades e restrições financeiras, mantinham critérios alimentares que não poderiam ser resumidos aos preços baixos, restritos à preocupação de fazer “economia” e à redução de custos. Embora esse critério estivesse presente e tivesse relevância, ele coexistia com outros, como a atenção e

¹² Apesar desta discussão apresentar um claro viés de gênero, com as tarefas domésticas e hábitos alimentares atribuídos ao gênero feminino, além da preeminência do papel da mulher na economia doméstica e na própria formação da política do PBF, consideramos que a discussão deste tema não cabe no âmbito deste trabalho, devendo ser tratado em um artigo à parte.

o cuidado com a saúde, a valorização da diversificação alimentar e a criatividade na preparação culinária.

O "bruto" e a "besteira", o "básico" e o "supérfluo"

Diversas pesquisas assinalaram que, em famílias muito pobres, a prioridade do uso da renda do PBF seria direcionada à alimentação, ao passo que, nas famílias que conseguissem contar com outras fontes de renda, o benefício teria “uma larga gama de empregos” (Pires, 2013:126). Segundo pesquisa realizada pelo IBASE (2008) sobre segurança alimentar e nutricional em famílias beneficiárias do PBF, foram identificadas em 74% das famílias o aumento da quantidade de alimentos consumidos; em 70% a maior variedade de alimentos e 63% das famílias referiram sobre a compra de alimentos de que as crianças gostavam.

As situações apontadas pelas pesquisas põem em relevo uma série de dicotomias, que assumem sentidos aproximados: “precisão” e “luxo” (Ahlert, 2013), “despesas” e “compras” (Morton, 2013), o “grosso” (Eger, 2013) e os “brebotos e buringangas” (Pires, 2013). Os contornos assumidos por estas distinções se articulam às configurações da economia doméstica, especialmente os arranjos familiares, já que “os vínculos de parentesco têm um papel determinante nas estratégias de sobrevivência diária” (Morton, 2013: 47). Mas também podem estar articulados às “relações de interdependência financeira, social e moral que se estabelecem em contextos de maior vulnerabilidade econômico social” (Eger, 2013:144) como aquelas constituídas por profissionais e agentes vinculados à prestação de atendimento socioassistencial.

Nesse sentido, nossas interlocutoras não fogem ao padrão encontrado nos estudos que abrangem do Nordeste ao Sul do país (Pires, 2013; Morton, 2013; IBASE, 2008; Ahlert, 2013; Eger, 2013). Nos casos de Marcelle e Priscila suas economias domésticas sofreram desestabilizações, acarretando mudanças em suas rotinas e modos de vida, que colocavam a situação de ambas em uma configuração “menos próspera” do que a que viviam anteriormente. Priscila definia esta nova configuração como aquela em que era preciso “segurar mais”, isto é, fazer maior economia, poupar, “ajuntar mais”. Diante desse contexto, as famílias vivem uma redefinição de prioridades. A contenção de gastos e diminuição das despesas passa a ser uma diretriz importante a direcionar o consumo, e os alimentos passam a ser vistos como consumo prioritário. Em relação a isso, Marcelle relata “fico muito preocupada se a despensa ficar vazia e eu sem dinheiro, sabe? Comida para mim é primordial,

deixo até de pagar uma conta”. Mesmo nestas situações marcadas pelo imperativo de “segurar mais”, a economia, em termos de preços mais baixos e produtos de menor qualidade, não é o único critério presente nas práticas de consumo das nossas interlocutoras, ao contrário do que uma perspectiva estritamente utilitarista poderia sugerir. Veremos que as escolhas alimentares também são orientadas por outros valores como a saúde, os gostos individuais e os pertencimentos sociais.

Em um primeiro momento, as distinções entre as categorias “básico” e “supérfluo” ganharam relevo, cujos sentidos podem ser sintetizados pela frase de Marcelle: “compro tudo que é básico. Supérfluo só quando dá”. Se na configuração inicial o benefício do PBF era apenas um “complemento” da sua economia doméstica, servindo para comprar “besteirinhas que os meninos gostam, como danone¹³, biscoitos, e alguma coisa de supermercado”, com a mudança no status do benefício de complementar para essencial, a renda do PBF passa a ser utilizada para a aquisição do “grosso mesmo”. Esse consumo básico de Marcelle era composto por alimentos, que incluíam “arroz, feijão, frango, legumes, eu gosto de legumes, alface quase todo dia, as crianças gostam. Leite, fubá, óleo, açúcar”. No caso de Priscila, a mesma distinção aparece sob a feição “bruto” x “besteirinha”. Se antes o benefício era direcionado para gastar com coisas para os filhos, consideradas pequenos agrados e “besteirinhas”, como “danone”, em outra configuração, o dinheiro do PBF passa a ser direcionado para a compra do “bruto”. “Agora não, tem que comprar mais os brutos né? Arroz, feijão, e o que das minhas vendas sobrar, comprar as besteirinhas”.

“Chatices”: gostos e preferências alimentares das crianças

O gosto e as preferências alimentares das crianças por vezes não são convergentes, mesmo entre residentes de uma mesma casa. Os desafios das mães responsáveis pelo provimento das refeições tornam mais complexas as atividades relacionadas às compras e à escolha do cardápio. Priscila definia sua filha como “mais chata para comer”, revelando a existência de desacordos entre os gostos de seus dois filhos. Enquanto o menino gosta de legumes e verduras, como abobrinha, couve, tomate, cenoura crua e alface, a menina “detesta qualquer tipo de carne, legume e verdura”. Ela come batata cozida e “gosta de cenoura no arroz, mas ele já não gosta”.

Apesar das preferências restritivas, que faziam Priscila descrever sua filha como “uma tristeza para comer”, ela afirmava que as crianças gostavam de “comer muita fruta”, que “beliscavam” especialmente após o jantar.

13 É preciso ressaltar que enquanto categoria nativa, «danone» significa iogurte, não necessariamente correspondendo ao produto desta marca.

“Batata, cenoura, tomate, pimentão, cebola, alface, chuchu, laranja, melancia, maçã”, faziam parte de suas compras, e nelas nunca podia faltar um “leguminho”. É possível identificar nesses exemplos de busca das mães por uma conciliação alimentar com os filhos uma intenção pedagógica presente nas compras de abastecimento, descrita por Miller (2002) como “atos de amor”. Em seus esforços diários, as mulheres tentam levar em conta não apenas os gostos dos filhos, mas as restrições colocadas pela diminuição do orçamento doméstico e ainda preocupações com a saúde.

Marcele conta que as crianças não gostam muito de legume, mas ela “empurra” e sobre as outras preferências dos filhos, ela definiu como um gosto por “tudo o que é besteira e caro”. Conta que eles “cismaram com doritos” porque comeram o biscoito na escola através de um amigo, e passaram a “cobrar”, pedindo à mãe que comprasse o mesmo. Ela por sua vez tentava explicar que “nem tudo posso dar”, mas acabava cedendo algumas vezes, dependendo do dinheiro. Sobre o filho mais velho, diz estar “naquela fase chatinha né? Quer o que tá na moda, o que os colegas estão usando e isso vai até pra comida”. O espaço escolar é responsável por parcela considerável do consumo alimentar das crianças que frequentam as instituições de ensino através da oferta de lanches ou almoço, dependendo do turno. A alimentação na escola foi apontada como a segunda principal forma de acesso aos alimentos entre beneficiárias do PBF (IBASE, 2008: 10).

A questão suscitada pelos biscoitos ainda traz à tona o aspecto “comunicativo” ou simbólico do consumo, responsável por criar “pontes ou cercas” entre indivíduos e grupos (Douglas e Isherwood, 2004), demarcando as fronteiras sociais e pertencimentos entre as coletividades e influenciando os contornos assumidos pelas identidades. Estes bens são responsáveis pela afirmação e reprodução de status social e pela constituição das subjetividades através das relações estabelecidas com as coisas, sejam elas carros, casas ou mesmo biscoitos e outros alimentos industrializados (Miller, 2007; Bourdieu, 2011; Pires, 2013).

“Forçar”, “evitar” e os cuidados com a saúde

Em relação aos modos de preparo, Priscila relatou a opção pelo cozimento dos alimentos, devido ao diagnóstico de hipercolesterolemia nos filhos. Desde então, ela passou a preparar tudo cozido ou no forno, “nada de fritura”. Dessa forma, preocupações com alimentação saudável e cuidados médicos passaram a participar das suas práticas culinárias, influenciando as formas de cozinhar, “quando é um frango, frito ali com a própria gordura da carne, não coloco óleo”, e determinadas preferências de consumo foram alteradas, como a troca

do óleo de cozinha, “troquei o óleo para aquele caro o de girassol, só uso assim pra dourar o alho, pra refogar”. Por esse mesmo motivo, Priscila “evita” consumir uma série de alimentos dos quais gosta, “gosto muito de salgados, adoro coxinha, mas agora to evitando”. Na casa de Marcelle, certas frutas como banana e laranja não faltavam, apesar disso a preferência de seus filhos era pelo “suco de pozinho”. Quanto a esses ela afirmou que “aboluiu” havia tempo, “porque faz mal, aquilo é só corante e açúcar. Não entra mais em casa não”. Desde então ela passou a fazer sucos apenas de laranja “da fruta” ou de caju, “daquele da garrafa concentrado”.

Ao contrário do que indicaram determinadas pesquisas, como Barbosa (2007: 101) cujos interlocutores apontaram o café da manhã como a refeição mais importante do dia, todas as mulheres pesquisadas apontaram a ausência ou a grande dificuldade em relação à refeição matinal. Priscila chegou a descrever a hora do café da manhã dos filhos como “uma luta”, enquanto Marcelle apontou a rejeição dos seus filhos por esta refeição dizendo que “tinha que forçar” para que comessem um pão com manteiga e leite achocolatado porque eles não gostavam. Outro ponto bastante recorrente girava em torno do consumo de alimentos fonte de proteínas, com a maioria das mulheres preferindo consumir aves ao invés de carne bovina. Em vista da diferença de custo entre os dois tipos de alimentos, a escolha pelas aves, ao invés de carne bovina, se relaciona com o imperativo de economizar, afinal, “carne só quando pode porque tá cara”, o que significa que era comprada apenas em “promoção”. No entanto, a preparação do frango também se reveste de cuidados que se justificam pela preocupação com a saúde, como por exemplo, a retirada da pele e a lavagem das aves, incluindo deixá-la de molho, como podemos observar na declaração de Marcelle. “Não é só a pele que faz mal, embora eu deixe a pele quando faço assado, mas aquelas gosminhas, sujeirinhas do frango sabe? Aquilo faz muito mal, deixo de molho um pouco com o vinagre e limão, as vezes só esfrego o limão, sai tudinho”.

Possíveis conclusões

Os casos das duas beneficiárias que acompanhamos durante a pesquisa colocam em relevo processos de desestabilização sofridos pelas configurações nas quais a vida das mulheres estava organizada. Ao assinalar a imersão das mulheres nessas configurações, procuramos mostrar a influência do contexto sociocultural, em especial, dos arranjos familiares para os sentidos assumidos pelo dinheiro proveniente do PBF. Nesse sentido, não partimos de uma definição normativa, mas exploramos a ideia de família como uma rede extensiva. Sobretudo nos contextos populares, essa consideração ampliada da família, em um sentido que possa incluir avós, sobrinhos, tios, primos, não residentes sob o mesmo teto,

indica uma caminho analítico para a compreensão de aspectos influentes do programa mas nem sempre viáveis, e constituem pistas a serem seguidas para o seu futuro aperfeiçoamento.

A análise das escolhas alimentares das beneficiárias mostrou que, se por um lado encontramos certo padrão presente na sociedade brasileira, em que as “besteirinhas” apontam para a presença de uma matriz alimentar composta de alimentos industrializados e voltada para os contextos urbanos, que privilegiam a facilidade do preparo. Por outro lado, nos casos analisados, provavelmente em vista do recorte das desestabilizações que implicaram a impossibilidade de trabalhar fora, o fato de cozinhar não constituía um problema. Isso proporcionava às mulheres conseguirem desviar-se de um consumo massivo de alimentos industrializados, através da preparação de alimentos *in natura*.

Os dados, provenientes da investigação das escolhas alimentares, incluindo os gostos e as preferências dos filhos e as estratégias de consumo e preparação culinária das mães, indicaram também que, mesmo em configurações menos prósperas, uma série de critérios continuavam a ser valorizados e a orientar estas escolhas, como a saúde, a criatividade, a diversificação e a satisfação dos gostos e desejos, a partir da qual a relação entre mãe e filho se expressava e se reconstruía permanentemente. A partir da observação da economia doméstica, cujas configurações foram alteradas para contextos de restrição orçamentária, o sentido atribuído ao dinheiro do PBF mudou, afetando as escolhas alimentares das beneficiárias. Com essa mudança, o benefício deixou de ser complementar para ser essencial e sua utilização passou a privilegiar a compra da comida, considerada elementar.

Nestes contextos de desestabilização, nos quais a economia doméstica assume uma configuração menos próspera ou mais restrita economicamente, a renda do programa forneceu uma base financeira minimamente estável, assegurando os itens alimentares “quantitativamente básicos” para as refeições das famílias atendidas. Em vista dos casos pesquisados, podemos afirmar que o PBF atuou na direção de garantir a existência física de alimentos às famílias beneficiárias, sobretudo as crianças. As situações observadas demonstram que o padrão das escolhas alimentares é muito semelhante aos resultados de pesquisas nacionais, como a Pesquisa de Orçamento Familiar realizada pelo IBGE em 2008-2009¹⁴, que apontou o consumo inadequado de gorduras, açúcares e sódio da população brasileira, referidos nesta pesquisa como besteiras e supérfluos.

Estes resultados podem contribuir para a necessidade de reafirmação das dimensões quantitativas e qualitativas do consumo de alimentos consubstanciados no conceito de segurança alimentar segundo o qual “todo

mundo tem direito a uma alimentação saudável, acessível, de qualidade, em quantidade suficiente e de modo permanente”. A Segurança Alimentar e Nutricional deve ser “totalmente baseada em práticas alimentares promotoras da saúde, sem nunca comprometer o acesso a outras necessidades essenciais. Esse é um direito do brasileiro, um direito de se alimentar devidamente, respeitando particularidades e características culturais de cada região” (Brasil, 2006)¹⁵. Assim, o Programa Bolsa Família deve garantir, no nível familiar, a segurança alimentar e nutricional como expressão de valorização de culturas alimentares, de comércio justo e ético e de escolhas alimentares sustentáveis para que de fato possa se constituir como ação estruturante de Direito à Alimentação Saudável e Adequada garantida pelo Estado tanto aos beneficiários do programa como à sociedade brasileira.

Referências

- AHLERT, Martina. A ‘precisão’ e o ‘luxo’: usos do benefício do Programa Bolsa Família entre as quebradeiras de coco de Codó (MA). *Política & Trabalho*, n. 38, p. 69-86, 2013.
- ALMEIDA, Gizele Avena de. *Bairro, conjunto e favela: as fronteiras simbólicas e a produção do espaço em Vila Kennedy*. Rio de Janeiro, 2008. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - UERJ.
- ÁVILA, Milene. Que pensam as beneficiárias do Bolsa Família? *Política & Trabalho*, n. 38, p. 105-122, 2013.
- AYMARD, Maurice; GRIGNON, Claude; SABBAN, Françoise. (Eds.) *Le temps de manger: alimentation, emploi du temps et rythmes sociaux*. Paris: Éditions de la Maison des Sciences de L’Homme - Institut National de la Recherche Agronomique, 1994.
- BARBOSA, Livia. Arroz com feijão e feijão com arroz. O Brasil no prato dos brasileiros. *Horizontes Antropológicos*, v. 13, n. 28, 2007.
- BOURDIEU, Pierre. *A distinção: crítica social do julgamento*. 2a ed. Porto Alegre, RS: Zouk, 2011.
- CORREA, Carla. *Participação do Programa Bolsa Família nas modificações do consumo alimentar de famílias beneficiadas pelo programa*. 2008. Disponível em: <http://www.ipc-undp.org/publications/mds/28P.pdf>. Acesso em: 05 jun. 2014.
- CORREA, Claudia F. Direito de Laje: o Direito na vida e a vida no Direito. In: XVII CONGRESSO NACIONAL DO CONPEDI. 2008, Brasília: *Anais do XVII Congresso Nacional do CONPEDI*, 2008.
- DOUGLAS, Mary; ISHERWOOD, Baron. *O mundo dos bens: por uma antropologia do consumo*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2004.
- DUARTE, Luiz F. D. Horizontes do indivíduo e da ética no

¹⁴ Pesquisa de orçamentos familiares 2008-2009 : análise do consumo alimentar pessoal no Brasil / IBGE, Coordenação de Trabalho e Rendimento. Rio de Janeiro : IBGE, 2011. 150 p.

¹⁵ Conceitos. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, 20p.

- crepúsculo da família. RIBEIRO, Ivete. (Org). *Família e sociedade brasileira: desafios nos processos contemporâneos*. Rio de Janeiro: Fundação João XXIII, p. 23-41, 1994.
- DUFY, Caroline; WEBER, Florence. Más allá de la Gran División. Sociología, economía, etnografía, Buenos Aires: *Antropofagia*, p. 17-36, 2009.
- EGER, Talita. Entre expectativas e possibilidades: significados e moralidades construídas em torno do recebimento do benefício do Bolsa Família. In: *III ENCONTRO INTERNACIONAL DE CIÊNCIAS SOCIAIS*, 2012, Pelotas: Crise e Emergência de Novas Dinâmicas Sociais, Pelotas: Anais III EICS, 2012.
- _____. *Dinheiro e Moralidade no Bolsa Família: um perspectiva etnográfica*. Porto Alegre, 2013. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - UFRGS.
- FISCHLER, Claude. Commensality, society and culture. *Social Science Information*. v. 50, n. 3-4, p. 528-548, 2011.
- FONSECA, Cláudia. Concepções de família e práticas de intervenção: uma contribuição antropológica. *Saúde e Sociedade*, v. 14, n. 2, p. 50-59, 2005.
- GEERTZ, Clifford. "Do ponto de vista de nativo: a natureza do pensamento antropológico". In *O saber local: novos ensaios de antropologia interpretativa*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Ed. Vozes, p. 85-107, 2001.
- _____. "Uma Descrição Densa: Por uma Teoria Interpretativa da Cultura". In *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, p. 13-41, 1989.
- HART, Keith. Informal Income Opportunities and Urban Employment in Gana. *The Journal of Modern African Studies*, v. 11, n. 1, p. 61-89, 1973.
- MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a dádiva. In *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac e Naify, 2003.
- MENEZES, Francisco; SANTARELLI, Mariana. *Da estratégia 'Fome Zero' ao plano 'Brasil Sem Miséria': Elementos da seguridade social no Brasil*. Rio de Janeiro: IBASE, 2003. Disponível em <http://www.ibase.br/pt/wp-content/uploads/2013/02/proj-fomezero.pdf>. Acesso em: 01 jun. 2014.
- MILLER, Daniel. *Teorias das compras: o que orienta as escolhas dos consumidores*. Rio de Janeiro: Nobel, 2002.
- MORTON, Gregory. Acesso à permanência: diferenças econômicas e práticas de gênero em domicílios que recebem Bolsa Família no sertão baiano. *Política & Trabalho*, n. 38, p. 43-67, 2013.
- MULLER, Lúcia. Financeirização da vida em família: implicações das políticas de inclusão financeira nas relações familiares. In: *X REUNIÃO DE ANTROPOLOGIA DO MERCOSUL*, 2013, Córdoba. Anais da X RAM, 2013.
- NEIBURG, Federico. Os sentidos sociais da economia. In: DUARTE, Luiz Fernando (Org). *Horizontes das Ciências Sociais no Brasil – Antropologia*. São Paulo: ANPOCS/Barcarolla/Discurso Editorial, 2010.
- PIRES, André. Relações de troca e reciprocidade entre os participantes entre os participantes do Programa Bolsa Família em Campinas (SP). *Política & Trabalho*, n. 38, p. 171-195, 2013.
- PIRES, Flávia. A Casa Sertaneja e o Programa Bolsa Família. Questões para Pesquisa. *Política & Trabalho*, v. 27, p. 1-15, 2009.
- _____. Comida de criança e o Programa Bolsa Família: moralidade materna e consumo alimentar no semiárido. *Política & Trabalho*, n. 38, p. 123-135, 2013.
- REGO, Walquiria; PINZANI, Alessandro. *Vozes do Bolsa Família: autonomia, dinheiro e cidadania*. São Paulo: Editora UNESP, 2011.
- SARTI, Cynthia. A família como ordem simbólica. *Psicologia USP*, n. 15 (3), p. 11-28, 2004.
- SOARES, Fábio Veras. RIBAS, Rafael Perez. OSÓRIO, Rafael Guerreiro. Avaliando o Impacto do Programa Bolsa Família: uma Comparação com Programas de Transferência Condicionada de Renda de Outros Países. *Centro Internacional de Pobreza*. IPEA/PNUD, 2007. Disponível em : <http://www.undp-povertycentre.org/pub/port/IPCEvaluation-Note1.pdf>. Acesso em: 09 jun. 2014.
- SOBAL, Jeffery; BISOGNI, Carole. Constructing Food Choice Decisions. *Annals of Behavioral Medicine*, n. 38 (1): p. 37-46, 2009.
- WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. Lisboa: Editorial Presença, 1996.
- ZELIZER, Viviana. *Economic Lives. How Culture Shapes Economy*. Princeton: Princeton University Press. 2011.

The money and the food in the city: choice food among beneficiaries of the Bolsa Família Program in Rio de Janeiro

Abstract

This article discusses choice food as an object of Bolsa Família Program, a Brazilian public policy of conditional cash transfer and hunger alleviation. The purpose is to think about the relationship between food and the income received by beneficiaries residing in Rio de Janeiro. We argue that the reflection about choice food should consider "domestic economy", which includes the modalities of family arrangements and strategies for income developed by the program participants. Its analysis reveals the immersion of PBF money in the sociocultural context of the beneficiaries, whose transformations reflect variations on the status of this income. These variations become key points for understanding the dynamics of choice food, including food preferences, preparing and acquisition. We conclude that even in contexts of budget constraint, these choices are not just about saving, it is also guided by other values such as health, individual tastes, social affiliations and creativity.

Keywords: Choice food; Bolsa Família; Public Social Policy; Domestic economy; Food Security

El dinero y la comida en la metrópoli: elecciones alimentarias entre beneficiarias del Programa Bolsa Familia en Río de Janeiro

Resumen

En este artículo se analizan las elecciones alimentarias como objeto del Programa Bolsa Familia, política pública brasileña de transferencia monetaria condicionada y lucha contra el hambre. El objetivo es pensar las relaciones entre la alimentación y los ingresos recibidos por las beneficiarias de PBF residentes en Río de Janeiro. Sostenemos que la reflexión sobre la elección de alimentos debe tener en cuenta la “economía doméstica”, que incluye las modalidades de los arreglos familiares y estrategias para obtener ingresos por parte de los sujetos contemplados. Su análisis revela la inmersión del dinero de PBF en el contexto sociocultural de las beneficiarias, cuyas transformaciones reflejan variaciones en el *status* de este ingreso. Estas variaciones se presentan como puntos clave para la comprensión de las dinámicas de las elecciones alimentarias, incluidas las preferencias, la preparación y la adquisición de alimentos. Llegamos a la conclusión de que, aún en contextos de restricciones presupuestarias, las elecciones no se limitan a la economía, siendo también orientadas por otros valores, como la salud, los gustos individuales, las afiliaciones sociales y la creatividad.

Palabras clave: Elecciones alimentarias; Bolsa Familia; Políticas Públicas de Protección Social; Economía doméstica; Seguridad Alimentaria

Data de recebimento: 15 – 03 – 2015

Data de aprovação: 22 – 09 – 2015